

POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE RELACIONADAS A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

Isadora Lopes

Daniela A. Machado

Daniela R. Quadros

Daiane Santos

Rayhany Kelly de Sousa

Larisse Xavier

RESUMO: **Introdução:** Este artigo tem como objetivo discutir a violência obstétrica que aparece cada vez mais no atual cenário social e que tem sido alvo de diversos estudos acadêmicos, como também parte da formulação de políticas públicas. **Objetivo:** Ampliar a compreensão sobre as políticas públicas de saúde voltadas à violência obstétrica. **Metodologia:** Pesquisa descritiva por revisão bibliográfica com análise qualitativa de natureza aplicada. **Desenvolvimento:** A violência obstétrica caracteriza-se por insulto à parturiente, comprometendo sua autonomia em todo o período gestacional. Demonstrado também como ocorrência dessa adversidade na assistência à saúde da mulher no período fértil, os altos índices de cesarianas e episiotomias realizadas anualmente, sendo reconhecido recentemente como questão de saúde pública segundo a Organização Mundial da Saúde. Com objetivo de reduzir esses números, a Política Nacional de Humanização ao Pré-Natal, Parto e Puerpério, bem como os conceitos de atenção humanizada durante a parturição vêm englobado diversas práticas com vista à garantia do parto seguro bem como nascimento saudável, prevenindo desta forma a morbimortalidade materna e neonatal (BRASIL, 2001). **Conclusão:** Verifica-se que a violência obstétrica pode ser demonstrada de diversas maneiras, no pré e pós-parto. As intervenções em saúde pública são crescentes como propostas para prevenir essa violência. O papel do enfermeiro se faz crucial no cuidado integral à gestante e ao recém-nascido, como também o empoderamento às parturientes, orientando-as para que possam identificar e denunciar, quaisquer formas de desrespeito nessa hora marcante de suas vidas.

PALAVRAS-CHAVE: Enfermagem. Humanização. Políticas Públicas. Violência Obstétrica.